

## APONTAMENTOS CRÍTICOS DE UM ESTUDO BIOGRÁFICO: O CASO DE EUSÉBIO DE QUEIRÓS

Welinton Serafim da Silva\*

### 1. Introdução

Esta comunicação tem por objetivo a exposição de formulações teórico-metodológicas, e o apontamento de possíveis questões acerca da escrita biográfica, tendo como base as especificidades compreendidas na elaboração da memória do estadista Eusébio de Queirós no século XIX. A intenção é problematizar a produção do “monumento” e evidenciar as abordagens atuais que questionam os fundamentos de sua constituição, interrogando sobre as permissões e interdições a uma proposta de composição de um ensaio biográfico hoje.

Para o entendimento da forma como a vida de Queirós teve um “sentido” imputado e foi transformada em uma narrativa vivencial – e tornada referência para o Estado imperial –, pretendemos inserir as disposições normativas dos modelos de representação oitocentistas em discussões que já congregam os aspectos ideológicos pertinentes a um projeto de construção do Estado nacional brasileiro.

Acreditamos que a discussão sobre as matizes empregadas no cultivo memorialista daquele que foi um influente político do partido conservador - e membro da denominada trindade saquarema -, e a indagação dos problemas relativos à realização de uma narrativa biográfica pautada nas premissas atuais, nos permitirá perceber tanto as nuances das concepções acerca do papel do homem de estado na consolidação do Império, como também as singularidades de representação de um gênero discursivo específico, mas multifacetado, como a biografia.

Afinal, quais seriam as imagens a serem fixadas em uma escrita que procura expressar a vida de um indivíduo? Quais instrumentos operam para delimitar os pontos a serem lembrados e esquecidos? Essas interrogações ganham cada vez mais espaço nas discussões historiográficas, colocando o biográfico como uma importante chave de constituição do conhecimento histórico, não, é claro, sem problemas e contradições. Pensemos na sua historicidade, que se sabe, é permeada por diferentes usos e concepções, e de contextos distintos de desenvolvimento, da antiguidade grega ao século XX.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior- CAPES. Orientador (a): Prof.(a) Doutor(a) Márcia de Almeida Gonçalves. E-mail: welintonserafim@bol.com.br

## 2. Concepções e usos do biográfico: historicidade

Baseando-se em Arnaldo Momigliano, Philippe Levillain apontou para a cisão ocorrida na Grécia entre a história - entendida como uma narrativa verídica do coletivo - e a biografia – considerada um relato descritivo e laudatório sobre um indivíduo:

História e biografia divergiam aliás para os gregos em seu próprio modo de expressão: narrativo para a história destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia dedicada a celebrar ou estudar a natureza do homem, tarefa que a história de bom grado lhe deixava. (LEVILLAIN, 2003, p. 145)

Apesar da cisão, as flutuações da escrita da história ao longo do tempo teriam explicitado profundas alterações na relação entre o individual e o coletivo, a contrapelo de arraigados posicionamentos. Regimes políticos como os vigentes na Roma de Augusto, e nas monarquias modernas, teriam impellido a narrativa histórica a uma imbricação entre a marca pessoal do gestor – rei, general – e o quadro geral da história (LEVILLAIN, 2003, p. 144).

O fato é que as conotações e os formatos da biografia variaram de acordo com a época: de Plutarco e Suetônio à hagiografia medieval; da pena dos historiadores do século XIX, sob o signo do panegírico, ao cerceamento dos círculos historiográficos do século XX (LEVILLAIN, 2003, pp. 141-176). Cabe ressaltar que, no entanto, para Sabina Loriga, “biografia”, tal como a conhecemos hoje, é um formato que começa a ser concebido no século XVII e ganha importantes contornos entre meados do século XIX e início do século XX, com a criação de uma “biografia moderna” (LORIGA, 2011, p. 17).

Foi na Inglaterra que a biografia, em seu formato, moderno encontrou um espaço privilegiado de discussão, sobretudo no campo literário. Em “História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940”, Márcia Gonçalves procura situar os posicionamentos distintos, e demonstrar as convergências que apontavam para novas concepções e procedimentos a circundar o gênero. Do projeto de composição do *Dictionary of national biography* de Leslie Stephen e Sidney Lee, à revisão crítica de sua balizas por figuras como Harold Nicolson, Lytton Strachey e Virginia Woolf, é visível o ímpeto de se ratificar a autonomia da escrita biográfica, com procedimentos e regras que extrapolavam os cânones literário e historiográfico (2011, p. 123).

Em síntese, as concepções de Lee apontariam como modelo de biografia a representação de um sujeito de perene notoriedade, registrado mediante uma escrita que ultrapassasse tendências efêmeras e satisfizesse o afã comemorativo; este, todavia, circunscrito à maleabilidade do tempo histórico, e atinente aos riscos da abordagem moralistas e da idolatria exacerbada. Com a exceção do “monumento”: “vida de Jonhson” (1791)<sup>1</sup>,

postulava-se então, ao método biográfico, concisão e brevidade (GONÇALVES, 2011, p. 123).

Ao exame das particularidades e “fórmulas” da escrita biográfica também se dedicou, e obteve destaque, Harold Nicolson. Ressaltando a condição do escritor de integrante do círculo intelectual conhecido como *Bloomsbury Group*, Marcia Gonçalves, apontou para a preocupação de Nicolson em denotar o caráter artístico da biografia, salientando o estilo narrativo peculiar imprimido por cada autor.

Nicolson argumentava que o caráter informativo, e a vivacidade transmitida pela interpretação que convence e sensibiliza acerca do fato, explicitaria a dimensão literária do discurso biográfico, que na mesma medida teria que conservar o compromisso com a verdade histórica. Essas ponderações teriam confluído para a constituição da dicotomia “pureza” e “impureza” – pertinentes aos elementos constitutivos dos relatos biográficos –, presentes nos quadros analíticos de autor. (GONÇALVES, 2011, p. 123)

Essa assunção do viés artísticos da elaboração biográfica por uma lado salientou a marca autoral do biógrafo, então desprendido da função de cronista, e por outro apontou a tensão verdade x ficção, e os limites dos “recursos retóricos e dramáticos da prosa do romance”. Neste ponto, é interessante o contraponto realizado entre *Eminent Victorians* (1918) e *Elizabeth and Essex* (1928) de Lytton Strachey: “se Queen Victoria era modelar, o mesmo não se aplicava a Elizabeth and Essex” (GONÇALVES, 2011, p. 128). Citando Virgínia Wolf, Sabina Loriga procurou clarificar este aspecto:

A biografia impõe certas condições, e estas implicam que ela deve fundar-se nos fatos... Se o biógrafo inventa fatos como inventa um artista – fatos que nenhuma outra pessoa pode controlar – e tenta combiná-los com fatos de outro tipo, eles se destroem reciprocamente... Uma vez que o personagem inventado vive num mundo livre onde os fatos são controlados por uma única pessoa – o próprio artista –, sua autenticidade reside na verdade de sua visão. O mundo criado por essa visão é mais raro, mais intenso, inteiriço em relação ao mundo que é em grande parte feito de informações autênticas fornecidas por outros. Por causa dessa diferença, os dois tipos de fato não se misturam; se eles se tocam, se destroem. Ninguém, parece ser a conclusão, pode obter o melhor dos dois mundos. (LORIGA, 2011, p. 32)

A tensão advinda da relação entre ficção e realidade na narrativa, presentes nas reflexões dos literatos do início do século XX, continuou a produzir questionamentos e atingiu também o campo da história. As transformações empreendidas por Marc Bloch e Lucien Febvre a partir de 1929, com a escola dos *Annales*, fizeram erigir um anseio de cientificidade no fazer historiográfico, acentuado quando da orientação intelectual imprimida

por Ferdinand Braudel. A proeminência da investigação pautada na estrutura e longa duração teriam relegado os aspectos narrativos a um lugar secundário. (STONE, 1979)

A contestação de aspectos paradigmáticos, como a utilização de modelos quantitativos e da longa duração, teria emergido de forma mais acentuada com *Linguistic turn* e sua proposta portadora de alternativas provocantes para um disciplina que se queria como ciência; o movimento surgido em fins da década de 1960 colocou em pauta aspirações que ressaltavam o lugar das concepções linguísticas na escrita historiográfica, desnaturalizando a relação entre significado e significante, e colocando em evidência a natureza narrativa do discurso histórico.

Na França, lugar em que a cisão entre a “história narrativa” e a “história problema” teria sido mais profunda, os novos ares que fizeram renascer a história política, quebrantando a resistência pelo estudo do subjetivo, do individual, da narrativa da história – com a revalorização dos protagonistas – colocaram também o estudo biográfico no cerne das possibilidades de inquirição sobre a dinâmica da esfera política (LEVILLAN, 2003, pp. 141-176). A incursão de “herdeiros” dos *Annales*, como Jacques Le Goff, e seu “São Luís”, e George Duby, com “Guilherme Marechal”, ainda que sob usos específicos, são bons exemplos da mudança de orientação.

Foi nesse contexto que Giovanni Levi enunciou que “mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambiguidades”<sup>2</sup> (LEVI, 2005, p. 167). As contradições destacadas por Levi tem relação com a própria variedade de usos do biográfico, podendo remeter ao elemento único, ao individual, ou realçar hipóteses concebidas sobre o geral. O autor, inclusive, categorizou esses usos em quatro tipos: biografia em função do contexto, biografia focada nos casos extremos, posopografia (ou biografia modal), e biografia como elemento conceitual na prática hermenêutica (2005, pp. 175-178).

O intento em proceder com as classificações era reflexo tanto da percepção de que a maior relevância do biográfico realçava as suas idiossincrasias, como também apontava para um espaço fecundo de reflexão para a historiografia, como destacou Levi:

A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito a biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana. (LEVI, 2005, p. 168)

Os questionamentos das potencialidades da adoção da biografia como método explicativo, não se restringiram a história. Da teoria literária, tivemos “Le biographie” (1984) de Daniel Madelénat, hoje uma das principais referências dos autores brasileiros; já as proposições polêmicas encontraram solo fértil para se fixar e crescer no âmbito das ciências sociais. Pontos conceituais, como a relação entre individualidade e coletividade na história ou a coerência ou totalidade das trajetórias individuais, tiveram grande ressonância. Em relação a esse último aspecto, há de se ressaltar a figura de Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu denominou de “ilusão biográfica”, o que, em síntese, seria a constituição de uma narrativa linear, coerente, de uma trajetória de vida, desconsiderando as múltiplas possibilidades de ação do indivíduo, sempre multifacetado. O signo dessa instituição do indivíduo, para além das variações imanentes às contingências do espaço e do tempo, seria o *nome próprio*, aspecto mais aparente da composição unitária do sujeito, e que facultaria a emergência de uma “identidade social constante e durável” (BOURDIEU, 2005, pp. 183-193).

Denunciando o que chamou de “formidável abstração”, Bourdieu aproximou os relatos vivenciais organizados segundo uma ordem cronológica – onde ímpeto teleológico predomina – do modelo oficial de apresentação de si. Como fundamento, o autor ressaltou a proliferação de jargões que procuram forjar um sentido com vistas à uniformidade, expressões em geral atinentes à busca de conexão do indivíduo ao contexto, e naturalização das trajetórias, tais como “já”, “desde então” e “sempre” (2005, pp. 183-193).

Esse tipo de representação seria resultado dos próprios limites que encontram as condições de produção de narrativas vivências, sendo que a situação de investigação (com suas restrições) tenderia a sobrepor os interrogatórios oficiais – que corrobora com a trajetória atada ao nome próprio – às “trocas íntimas entre familiares e da lógica da confiança que prevalece nesses mercados protegidos”. Neste quadro ocupariam um lugar central, as coações e censuras próprias das regras de validação dos discursos na sociedade, “das quais as sanções jurídicas contra as usurpações de identidade ou o porte ilegal de condecorações representam o limite”, e a relação entre interrogador e interrogado: biógrafo e biografado (BOURDIEU, 2005, pp. 188-189).

Essas inquietações suscitadas por Pierre Bourdieu continuam em aberto, e trazendo ao debate interessantes alternativas para a constituição dos relatos biográficos. Como já mencionado em obras dedicadas ao biográfico, a própria opção de abordagem metodológica pode oferecer saídas para os labirintos teóricos que circunscrevem a biografia (SOUZA, 2007; AVELAR, 2010). Uma das soluções apontadas é a utilização do nome próprio como baliza da

investigação, mas com uma conotação distinta da enfatizada por Bourdieu. Como propõe Carlos Ginzburg em “O nome e o como”, a ideia é tomarmos o nome como bússola, como “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental” (GUINZBURG e PONI, 1989, pp. 169-178 ).

Neste sentido, é necessário conceber que o caráter atribuído por Bourdieu ao nome próprio: “atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais”, o classifica também como um elemento que indica a singularidade, e concomitantemente, demonstra a necessidade de distinção proveniente de uma ordem coletiva. A sua qualidade de “referência” propiciaria assim, uma investigação que imerge em diferentes temporalidades e em possíveis variados quadros sociais, acompanhando a subjetividade de uma experiência vivencial, explicitando, justamente, os sobressaltos, rupturas e continuidades.

Desta forma, não surpreende que o apelo a micro-história seja um expediente recorrente nas reflexões que convergem para a escrita biográfica. É importante perceber que, notabilizado pela promoção de uma historiografia que enfatiza os aspectos particulares da dimensão histórica, a micro-história é, amiúde, uma prática tomada como exemplo das aberturas que oferecem as análises centradas nos indivíduos.

Então, motivada pela procura em demonstrar a insuficiência da análise histórica a partir das estruturas, e realizando um cotejamento entre História e Antropologia, a *micro-história* pode ser considerada como o resultado de uma reflexão sistêmica dos cânones do modelo da Escola dos *Annales* (GUIMARÃES, 2000, pp. 218-219). Dela são tributárias, por exemplo, obras como “O queijo e os vermes” de Carlos Ginzburg e “A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII”, de Giovanni Levi.

Seu procedimento metodológico caracteriza-se, sobretudo, pela redução de escala, aplicada ao cosmo social com o intuito de ir além da busca de regularidades, das interpretações consagradas e simples; é uma tentativa de utilizar o particular para alargar, complexificar, o entendimento do geral. Nas palavras de Jacques Revel: “O projeto é fazer aparecerem, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc...” (REVEL, 1998, p. 22).

É justamente a atenção especial dedicada ao particular, ao indivíduo, que faz convergir os anseios biográficos para este método; note-se ainda que frequentemente a prática da micro-história pautou por trajetórias consideradas situações limites, “excepcionais”, e como asseverou Ronaldo Vainfas: “O estudo dessas situações-limite não raro enveredam

pelas biografias de ‘protagonistas anônimos’”(VAINFAS, 2002, p.138); caso notório, e exemplar, é fornecido pelo “O Retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zamon Davis.

Na obra de Davis, vemos um caso de impostura em Artigat no século XVI, com seus elementos pitorescos, difusos e ambíguos, trazido ao leitor por uma narrativa que articula e diferencia os argumentos, que respaldados pelos procedimentos historiográficos, são fatos, de outros que são possibilidades, abrindo horizonte para ações diversificadas dos protagonistas, ao invés de reduzi-los a arquétipos.

O intuito é fazer a articulação entre as diversas informações documentais e a bibliografia focalizando um olhar minucioso, evitando assim a artificialidade de encerrar a experiência individual em um contexto pronto, tornando-o, ao contrário: “lugar de um jogo relacional onde a ação dos sujeitos históricos efetivos, agindo, é capaz de definir soluções e propor encaminhamentos que *a priori* não estariam dados” (GUIMARÃES, 2000, p. 222).

A elaboração de uma biografia sobre Eusébio de Queirós suscita exatamente uma discussão acerca dos modos sociais e políticos empreendidos em sua época pelos *homens de Estado*, sem, entretanto, remetê-lo necessariamente a um comportamento “comum” e “natural”; isto é, sem fazer com que a inquirição sobre os elementos que delineavam a *ação* do estadista seja diluída em um contexto que a apresente como *vocação*.

### **3. Eusébio de Queirós: cânone biográfico e problema historiográfico**

Eusébio de Queirós nasceu em Luanda no ano de 1812 em virtude dos serviços do pai, sendo o primeiro filho a resistir ao clima “deletério da África”. Em sua formação intelectual, uma laureada trajetória nos estudos no Seminário de São José e na recém-inaugurada faculdade de Direito de Olinda. Juiz do crime, de paz, de Direito, chefe de polícia da Corte, deputado provincial, desembargador, deputado geral, ministro da Justiça, senador, inspetor de educação primária e secundária da Corte. Queirós teria ocupado todos os cargos com o mérito da liderança, atada pelo “dom da palavra”, proferida em justa medida, e pela lisura e retidão, que o teriam feito admirado mesmo por seus adversários.

Em linhas gerais, é esse o perfil biográfico mais conhecido de Eusébio de Queirós, em muito proveniente de um esboço publicado na “Galeria dos Brasileiros Ilustres”<sup>3</sup> de Sebastien Auguste Sisson em 1859. De autoria coletiva, vincada à rubrica Sisson, a GBI teria como finalidade principal o soerguimento de um panteão nacional, pautado em diretrizes correlatas às demandas do Estado Imperial. O perfil virtuoso do homem público, em letra e imagem, trazido a lume por meio da litografia, seria respaldado pela sua relação com a

marcha para o progresso e civilização, salientando a finalidade pedagógica daquelas vidas, concebidas como modelares para a posteridade. (CEZAR, 2003; MARTINS JUNIOR, 2011).

Podemos considerar essa interpretação como um cânone, considerando a sua longevidade e repetibilidade, atestada por publicações como o *Pantheão Fluminense* (1871), o *Dicionário biographico de brasileiros celebres de 1500 até 1871* (1871), e o próprio ensaio biográfico produzido pelo filho de Eusébio, Manuel de Queirós Mattoso Ribeiro: *Apontamentos sobre a vida dos conselheiros Eusebio de Queirós Coitinho da Silva e Eusebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara* (1895).

As dissonâncias entre esses ensaios e o relato apresentado na GBI mostra que para além de atualizações trazidas por questões específicas, que re-posicionavam a atuação de Eusébio em uma outra perspectiva – como a relativa a uma leitura retrospectiva que tornava continua a luta pela abolição da escravatura, reputando Eusébio como um dos seus precursores, por exemplo – a publicação de Sisson fixou alguns pontos referenciais da vida do estadista, um versão oficial que outras narrativas se apropriaram.

No entendimento do processo de constituição da narrativa da trajetória de Eusébio de Queirós, devemos primeiramente levar em consideração que a produção de um sentido para a vida operou pautado em valores cultuados pela comunidade política em que o estadista se inseriu, ou seja pelos valores que apontavam para as noções de autoridade e ordem, típicas do projeto vitorioso nas disputas que envolveram as formulações de Estado (MATTOS, 1987). Em segundo lugar, que as condições normativas dos distintos formatos de narrativas vivenciais (como a biografia e o necrológio, por exemplo) possuíam características específicas, de tradições que lhe eram próprias, e de ditames em voga nas elaborações historiográficas oitocentistas.

Uma análise interessante das interdições e permissões vigentes no discurso historiográfico no Brasil do século XIX, e sua relação com a escrita biográfica é fornecida por “Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade” de Maria da Glória de Oliveira. No texto, temos uma análise da seção “Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas, virtudes, etc.”, da Revista do IHGB, em que a autora assinala os embargos atribuídos à emissão de um parecer justo a uma trajetória de vida no tempo presente, condição relacionada com os específicos estatutos de verdade e de imparcialidade referentes a concepção de história do século XIX (OLIVEIRA, 2010, pp. 283-298).

Baseada na teorização de Reinhart Koselleck (2006), a autora asseverou que a escrita da história oitocentista seria perpassada pela mudança de entendimento sobre o significado da história: do relato particular, fundado na exemplaridade do passado, para uma perspectiva de

representação de um tempo coletivo singular, dotado de um sentido progressivo. No Brasil, a especificidade estaria na sobreposição entre estas duas disposições do tempo histórico, com a concepção de que a ordenação da história em direção ao futuro – uma aceleração à civilização – se efetivaria pautada na exemplaridade do passado (OLIVEIRA, 2010, p 289).

A dupla inscrição: passado-futuro dos relatos vivencias produziria então monumentos concebidos mediante às finalidades patrióticas, conjugando o tipo ideal de cidadão portador de um caráter que denotava o caminho para a civilização; tinham como tarefa a manutenção e o alargamento das fronteiras de significação de uma comunidade nacional em formação, entendendo que as experiências e expectativas desta época confluíam para um “tempo da nação”<sup>4</sup>. É importante salientar que essas elaborações se apropriavam e produziam um discurso que encontravam ressonância em outros discursos em voga.

No caso de Eusébio de Queirós é possível perceber o quanto o ensaio biográfico foi informado pelos discursos dos ministros da justiça. Este aspecto fica visível nos relatórios publicados entre 1833 e 1844, onde os ministros “constroem” um cenário em que a legislação retirava instrumentos da policia – implicando desta forma na necessidade urgente de uma reforma das suas disposições –, e Eusébio de Queirós recebia felicitações por seu sucesso em meio à adversidade (RMJ, 1833-1844).

Essa perspectiva está presente na GBI, que reproduzia a argumentação que apontava para a falta de atribuições do chefe de polícia, e a maneira proativa que Queirós havia encontrado para contornar os problemas e se tornar exemplar. Também o estabelecimento de sua idoneidade, buscada através do cotejamento da apreciação dos aliados e adversários, aparece no ensaio biográfico relacionado a alguns dos ministros que, tendo com ele desavenças políticas, o tinham prestigiado na função, como nos casos de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Limpo Abreu. (SISSON, 1999, p.30).

É profícuo consideramos o uso que o esboço biográfico publicado na GBI fez dos relatórios dos ministros da Justiça, elaborados à época da gestão de Eusébio de Queirós, como uma apropriação de um “sentido” de vida ideal, partilhado, pelo círculo político e social que era próximo ao estadista, e estendido à nação com a sua inserção no Panteão. Se nos remetermos a Norbert Elias veremos que o “sentido da vida” – essa ordenação concatenada à fragmentação do sujeito apontada por Bourdieu –, é uma categoria social, sendo “o sujeito que lhe corresponde [...] uma pluralidade de pessoas interconectadas”. (ELIAS, 2001, p. 63)

Acreditamos que essa perspectiva retira da representação biográfica, ao menos no esboço de Eusébio na GBI, a condição de uma “invenção” da imagem do estadista, colocando-o sim, como cânone por se apropriar de vários conjuntos descritivos que já



circulavam em outros meios e fixar uma imagem que, como já salientada, se tornou uma referência central sobre a vida de Queirós, sendo amplamente repetida. Neste ponto podemos perceber a dimensão *interdiscursiva* o discurso biográfico, e entendê-lo enquanto elemento interativo, como arguido por Leonor Arfuch – que por sua vez têm como referência Mikhail Bakhtin.

Em “espaço biográfico”, Arfuch aponta para a dupla valência da biografia: na sua relação enquanto discurso que dialoga e interage, e enquanto texto, com seus aspectos e tradições formais, retóricas, *intertextuais*. Para a autora, quando considerados em sua historicidade, essas dimensões revelariam um certo tipo de valoração do mundo, uma apreciação histórica: “A dimensão estética, que se delineia na totalidade temática, compositiva, e estilística dos enunciados, será então indissociável de uma ética” (ARFUCH, 2010, pp. 68-69).

Esse *valor biográfico* com sua “dupla valência” narrativa e ética se dividiria em tipos específicos, dentre os quais vale salientar o “valor heroico, transcendente, que alimenta desejos de glória, de posteridade” (ARFUCH, 2010, p. 69). Parece um valor biográfico próximo ao presente nas elaborações biográficas da GBI, incluindo, é claro, o perfil de Queirós. Um desdobramento que nos parece interessante a esse respeito é uma discussão recente que remete à problematização de valores empregados em uma representação identitária de uma figura histórica.

Em debate realizada em torno da obra “The party of order: the conservatives, the state, and Slavery in the Brazilian Monarchia (1831-1871)” (2006), na Revista Afro-Asia, Sidney Chalhoub e Jeffrey Needell divergiram sobre os motivos e marcos cronológicos da composição do núcleo central do partido conservador. E, embora fosse um elemento secundário no diálogo, as interrogações acerca da construção da identidade de Eusébio de Queirós polarizou algumas opiniões. (CHALHOUB, 2007, pp. 317-326; NEEDELL, 2008, pp.291-301).

A rigor, as críticas de Chalhoub ao livro de Needell diziam respeito principalmente a um suposto ímpeto do autor em realizar um “errata à historiografia do período” lançando novas matizes sobre as causas de mobilização, e as disposições dos ideários políticos dos Partidos Conservador e Liberal, priorizando em sua narrativa os “Varões fluminenses da época” em detrimento de ações de grupos “subalternos”, sobretudo, no que tange à desconsideração dos eventos decorrentes da insurreição dos Malês de 1835 no cenário político da época (CHALHOUB, 2007).

Segundo Chalhoub, ao trilhar o caminho acima descrito, Needell teria engendrado uma re-interpretação sobre a periodização da articulação dos conservadores - em *The party of Order* antecipado para 1834 – desconsiderando outros fatores também relevantes, como a epidemia de febre amarela e suas consequências para o fim do tráfico negreiro em 1850, por exemplo .

Sobre Eusébio de Queirós, Sidney Chalhoub sugere que Jeffrey Needell não percebe outras inflexões da atuação do personagem no período, nem o discurso que ratifica a importância das repercussões de 1835 – deixando com isso de estender suas reflexões a um processo social mais amplo –, em parte, por ter preterido a documentação derivada da chefatura de polícia relativa à gestão de Queirós. Neste sentido, para o autor, não apenas essa negligência facultaria uma interpretação errônea do período estudado, como também do indivíduo em questão.

A resenha “Os conservadores no Brasil Império”, coloca em juízo o parecer de Needell sobre Eusébio, imputando ao seu modelo de história política “a prática contumaz de avaliar detidamente os talentos individuais [...] apenas segundo a visão de seus pares e cúmplices”, tal que “regurgita adjetivos”. No entendimento de Chalhoub, Eusébio de Queirós em Needell é celebrado em demasia, por meio de adjetivos desprovidos de aspas “ficando a impressão dele os ter escolhido por mote próprio” (2007, pp. 317 - 326).

Em contrapartida, Chalhoub propõe um Eusébio distinto, alheio às próprias orientações do Ministro da Justiça, e responsável por uma doutrina de criminalização da população negra baseado em um sistema de vigilância e punição que abarcava do serviço militar forçado à deportação, e que extrapolava a culpabilidade e se vinculava à suspeição.

Na réplica, publicada duas edições mais tarde, Needell considera que os aspectos salientados por Chalhoub sobre Eusébio já estariam implícitas na sua narrativa: “não é obvio que foi em parte porque Eusébio era assim que ele pôde ser aceito entre os líderes do partido da ordem”, assumindo assim o viés “cruel, desapiadado, cuidadoso, e competente em reprimir escravos e africanos” de Queirós. Needell toma como fator determinante para essa definição a própria concepção de que uma sociedade escravagista exigia um chefe de polícia assim; e por isso o prestigiou, e o sustentou na ocupação de lugares privilegiados junto ao Estado (NEEDELL, 2008, pp. 291-301).

O Autor de *The party of Order*, se utiliza dos mesmos pontos criticados por Sidney Chalhoub para tecer a defesa de seu ponto de vista. Dentre os argumentos elencados, o mais interessante é que para refutar a acusação de uma história política elogiosa, Chalhoub reafirma a importância em interrogar a figura do estadista em seu círculo mais próximo; o

autor destacou então, que os modos sociais e políticos “reais ou percebidos” são fundamentais para a produção de conhecimento sobre determinada época – e isso incluiria o testemunho de seus pares.

Para Needell a feição reprovável de Queirós como chefe de polícia não anularia suas virtudes no seu campo de atuação: “tampouco faz sentido presumir que, uma vez que o estadista era reacionário e tinha um passado de repressão cruel e racista, ele não tinha também capacidade, inteligência, coragem, etc.,” (NEEDELL, 2008, p. 299).

O aspecto desconcertante, e rico, deste debate foi o fato dele revelar uma figura bastante contraditória, para a qual o próprio Sidney Chalhoub forneceu uma chave interessante de entendimento, a de “herói nacional às avessas”; a ética de herói em determinado sentido permanece, mas sua universalidade é questionada, excluindo o caráter positivo para uma parcela da população, que no entendimento de Chalhoub teve seu estatuto pleno de liberdade tornado precário (CHALHOUB, 2009, pp. 23-62).

Essa é mais uma das possibilidades de inquirição que possibilita a análise pelo viés biográfico, eminentemente uma abordagem historiográfica permeada de contradições, mas também dotada de uma significativa abertura para novas perspectivas teórico-metodológicas, que não raramente são incorporadas a investigações em andamento, de acordo com necessidades específicas.

Na pesquisa em curso respaldam nossas ponderações as formulações da micro-história e o modelo sociológico interacionista de Norbert Elias. Com isso procuramos – como já demonstrado –, resgatar os vestígios deixados pela atuação de Eusébio de Queirós utilizando como orientação o nome próprio. Portanto, as setas que orientam o levantamento de dados partem da figura de Eusébio, mas encontram outros indivíduos, e, portanto, outros acervos, estabelecendo uma rede relacional, que acreditamos, seja um esboço da *configuração social* em que Eusébio de Queirós estava inserido.

Apesar do quadro teórico-metodológico até agora parecer adequado, outras possibilidades de exploração das fontes, a partir do quadro inicial, também começam a se mostrar necessárias e profícuas. Na medida em que as correspondências começam a emergir como os principais testemunhos legados por Eusébio de Queirós, segundo nossos propósitos, parece-nos salutar incorporar à investigação considerações a respeito das trocas missivas e a sua relação com a escrita de si, por exemplo.

E, na medida, em que as trocas possam ser demonstradas pelas correspondências, poderemos utilizar os quadros conceituais que abordam a concessão de benefícios como a *economia moral do dom* (XAVIER e ESPANHA, 1998). Nesse conceito, o aspecto relacional

está encerrado na lógica de dar, e nas obrigações morais de receber e retribuir as benesses, fazendo emergir uma rede em que a distribuição de poder se dá em cadeias espirais; essa concepção ajudaria, por exemplo, a explicar deslocamentos dentro da *configuração social* (ELIAS, 2001).

Estes são apenas algumas notas críticas de um estudo biográfico em andamento. Outras experiências de pesquisa já demonstraram o caráter experimental deste tipo de incursão – como atestam “A biografia de D. João VI: implicações teóricas metodológicas”, de Lucia B. das Neves e “Duque de Caxias...” de Adriana Barreto de Souza –, em que para driblar a série de obstáculos o historiador acaba recorrendo a soluções criativas e interessantes (NEVES, 2011; SOUZA, 2008).

A nossa intenção foi demonstrar algumas premissas que se apresentam àqueles que optam pela biografia, e detalhar algumas impressões de uma abordagem específica acerca do estadista Eusébio de Queirós. Apontamos para a historicidade do gênero biográfico, da aceção da antiguidade aos problemas atuais, e lançamos questionamentos acerca do processo de construção de identidades nas narrativas vivenciais, que no caso de Eusébio de Queirós se percebe perpassada por um cânone oitocentista e por inquietantes interrogações resultantes das pesquisas historiográficas recentes.

#### **4. Referências bibliográficas**

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. Dimensões, UFES, 2005, nº 24, pp. 157-172, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. – 8ª edição – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. pp. 183-193.

BRASIL. Ministério da Justiça. Relatórios dos anos de 1833 a 1844 apresentados à Assembléia Geral Legislativa.

CEZAR, Temístocles. *Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX*. Méti: Historia & Cultura, Caxias do Sul - RS. v.2, n.3, jan/jun. 2003.

CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império”. In. AZEVEDO, Elciene; et al. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Os conservadores no Brasil Império*. Resenha de NEEDELL, Jeffrey D. "The party of order: the conservatives, the state, and Slavery in the Brazilian Monarchia (1831-1871)". Stanford, Stanford University Press, 2006. Afro-Asia, UFBA, Bahia, nº 35, 2007. pp. 317-326.
- DICIONÁRIO biographico de brasileiros celebres desde 1500 até 1871. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1871.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994
- \_\_\_\_\_. *A Solidão dos Moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. "O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual". IN: GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Difel - Bertrand Brasil, 1989. pp.169-178.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940*. ArtCultura, Uberlândia-MG, 2011, v.3, nº 22, pp. 119-135. In: <http://www.articultura.inhis.ufu.br/PDF22/goncalves.pdf/>
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Micro- História: reconstruindo o campo de possibilidades*. Topoi, Rio de Janeiro, 2000, nº 1, pp. 218-219.
- LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. pp. 167-182.
- LEVILLAN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. 2ªEd, FGV, 2003. pp. 141-176.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Tradução Fernando: Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARTINS JUNIOR, Leandro Augusto. *Galeria de Ilustres: Escrita Biográfica e Formação da Nação no Império do Brasil (1840-1860)*. 2011. In: <http://www.snh2011.anpuh.org/>
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Resposta a Sidney Chalhoub e à sua resenha "os conservadores no Brasil Império"*. Afro-Asia, UFBA, Bahia, nº 37, 2008. p. 291-231.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista*. Varia historia, Belo Horizonte, v. 26, nº 43 jan/jun 2010. p.283-298.

RIBEIRO, Manuel de Queiroz Mattoso. *Apontamentos sobre a vida do Conselheiro Eusébio de Queiroz*. Rio de Janeiro, Typ. Imprensa Industrial, 1885.

SANTOS, Prezalindo Lery. *O Pantheon fluminense. Esboços biographicos*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos. 1880. pp. 295-302.

SISSON, Sebastião. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, Vol I, 1999.

SOUZA. Adriana Barreto de. *Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder*. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas. Seropédica-RJ: EDUR, v. 29, nº 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

\_\_\_\_\_. Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STONE, Lawrence. O Ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Revista de História, Campinas-SP, Unicamp, 1991, nº 2, pp. 13-37.

REVEL, Jacques . “Microanálise e construção do social”. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Jogos de Escala. A Experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002. p. 138.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. “As Redes Clientelares”. In José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.4.

---

<sup>1</sup> biografia clássica que se tornou uma referência para toda uma geração de escritores de meados do século XIX a princípios do XX, principalmente no que tange a ao toque intimista e subjetivo do biografo na sua obra.

<sup>2</sup> Originalmente: *Les usages de la biographie*. Annales. Paris (6): 1.325-36, nov./déc. 1989.

<sup>3</sup> Doravante, GBI.

<sup>4</sup> Expressão talhada por Temístocles Cesar (2003, p. 75).